

Parecer Técnico nº 07/2018/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de renovação da composição das Câmaras Técnicas: CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR.

1. Histórico

1.1. Em 17 de outubro de 2018, foi encaminhado aos (às) Conselheiros (as) do CNRH o Ofício Circular nº 708-MMA informando que os mandatos da atual composição de cinco das dez Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH: Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP, Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT, Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR venceriam em 31 de janeiro de 2019, conforme Resolução CNRH nº 182/2016, que estabeleceu o mandato destas Câmaras Técnicas.

1.2. O Ofício Circular nº 708-MMA solicitou aos Conselheiros (as) manifestação formal, via e-mail, até o dia 29 de outubro de 2018, sobre o interesse dos segmentos em participar da composição do próximo mandato das referidas Câmaras Técnica, o prazo foi prorrogado até 07 de novembro de 2018.

1.3. Os pleitos foram analisados pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, nos termos dos artigos 23 e 26 do Regimento Interno do CNRH, em sua 146ª Reunião, realizada em 13 de novembro corrente.

2. Análise

2.1. Quanto à proposta de renovação da composição da CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, foi apresentada aos membros da CTIL a tabela com a compilação das manifestações de interesse dos segmentos. As manifestações de participação, em todas as Câmaras Técnicas, excederem o limite de 17 vagas, previsto no Regimento Interno do CNRH, conforme quadro abaixo.

Câmara Técnica	CTGRHT	CTAP	CTAS	CTPOAR	CTCT
Manifestações	19	20	20	28	21

2.2. Para proceder a escolha dos segmentos foram adotados os critérios previstos no regimento interno, artigo 26, a saber:

“Art. 26. Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas:
I - a participação dos segmentos listados nos incisos do art. 34, da Lei nº 9.433, de 1997;
II - a finalidade das instituições ou setores representados;

- III - a formação técnica ou notória atuação dos representantes na área de recursos hídricos;*
- IV - a pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica;*
- V - a frequência em mandatos anteriores;*
- VI - a participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações.”*

2.3. Abaixo segue o motivo que definiu a composição das Câmaras Técnicas, de modo a comportarem 17 membros cada uma, conforme previsto no regimento interno, em seu artigo 23:

“Art. 23. As Câmaras Técnicas, no número máximo de dez, serão constituídas por sete a dezessete integrantes que compõem o Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.”

CTGRHT

(2 manifestações de interesse além das vagas permitidas)

2.4. O Ministério das Cidades e a representação conjunta dos CERHs da Paraíba/Bahia e Sergipe foram incluídos como 1º e 2º suplentes, respectivamente, pelo critério de *“pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica”* em relação aos demais postulantes à vaga da CTGRHT.

2.5. A representação dos irrigantes solicitou a terceira suplência na CT. Desta maneira, foram incluídas como 1º, 2º e 3º suplentes, Ministério das Cidades, representação conjunta dos CERHs da Paraíba/Bahia/Sergipe e Irrigantes, respectivamente, permanecendo os demais inscritos com as vagas.

CTAP

(3 manifestações de interesse além das vagas permitidas)

2.5. Os setores Concessionárias e Autorizadas Geração Hidrelétrica; Organizações Não Governamentais - ONGs e Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – OTEPs manifestarem-se solicitando duas vagas cada, para a Câmara Técnica. Após debate dos membros da CT, considerando o critério da *“participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações”*, uma das solicitações de vagas, de cada um destes setores, passou para a lista de suplência.

2.6. Desta maneira, foram incluídas como 1º, 2º e 3º suplentes, Concessionárias e Autorizadas Geração Hidrelétrica”, “Organizações Não Governamentais” e “Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa”, respectivamente, permanecendo os demais inscritos com as vagas.

CTAS

(3 manifestações de interesse além das vagas permitidas)

2.7. Considerando o critério da *“participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações”*, o segmento de Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa - OTEP, que encaminhou mais de uma manifestação de interesse, teve um de seus pleitos indicado para a suplência.

2.8. Após isto, verificou-se que o segmento CERHs pleiteou sete vagas na CT e, visando maior equidade da *“participação dos segmentos listados nos incisos do art. 34, da Lei nº 9.433, de 1997”*, duas representações conjuntas de CERHs passaram para as vagas de suplência.

2.9. Em seguida, para definir quais representações de CERHs que ocupariam as vagas, a CTIL decidiu privilegiar aqueles que já estavam participando das discussões na CTAS. Além disso, foi considerado o fato do CERH de Rondônia ter se manifestado no processo anterior de renovação da composição da CTAS, na ocasião permanecendo como suplente. Assim, as representações conjuntas dos CERHs Paraíba/Sergipe/Bahia e Paraná/Distrito Federal ficaram na lista de suplência da CT.

2.10. Desta maneira, acordou-se que os 1º, 2º e 3º suplentes serão, respectivamente: “Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa”; representações conjuntas dos CERHs Paraíba/Bahia/Sergipe e CERHs Paraná/ Distrito Federal.

CTPOAR

(11 manifestações de interesse além das vagas permitidas)

2.11. Considerando o critério da *“participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações”*, os setores que encaminharam mais de uma manifestação de interesse, tiveram uma de suas possíveis vagas incluídas como suplentes. Sendo estes: MMA; Concessionárias e Autorizadas Geração Hidrelétrica; Indústria; Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa-OTEPS e Organizações Não Governamentais-ONGs.

2.12. Tendo em vista o critério da *“a pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica”*, o Ministério dos Transportes e das Cidades também foram incluídos como suplentes.

2.13. O Ministério do Planejamento retirou sua candidatura solicitando a condição da representação ficar na primeira suplência da CT.

2.14. O segmento dos CERHs pleitearam oito vagas na CTPOAR, desta maneira, pelo critério da *“participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações”*, a CT optou por manter cinco vagas para as representações conjuntas desse segmento. Os critérios utilizados, para a escolha dos setores dos CERHs, foi a representatividade por região geográfica e o número de faltas em reuniões anteriores. Desta

maneira, as representações conjuntas dos CERHs Ceará/Maranhão/Roraima; Rondônia/Amazonas/Pará e Rio Grande do Sul/Santa Catarina, foram incluídas como suplentes.

CTCT

(4 manifestações de interesse além das vagas permitidas)

2.15. Novamente foi adotado o critério da “*participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações*” e alguns dos segmentos que encaminharam mais de uma manifestação de interesse tiveram uma de suas possíveis vagas incluídas como suplentes, são estes: MCTIC e Organizações Não Governamentais.

2.16. Considerando o critério da “*a pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica*”, a representação do setor hidroviário também foi incluída como suplente. Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia retirou sua candidatura.

2.17. Desta maneira, acordou-se que os 1º, 2º, 3º e 4º suplentes serão, respectivamente: Organizações Não Governamentais; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicação; Setor Hidroviário e Ministério de Minas e Energia.

3. Conclusão:

3.1. Desta forma, considerando a manifestação expressa dos segmentos integrantes do CNRH interessados em participar das Câmaras Técnicas supracitadas e a análise procedida pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, submete-se a planilha consolidada para deliberação dos Conselheiros do CNRH (Planilha consolidada CTIL - em anexo). Sendo que a minuta de Resolução será elaborada após os encaminhamentos da reunião plenária.

Este é o parecer, elaborado por Claudia Ferreira Lima e Maurício dos Santos Pompeu.

Em, 16 de novembro de 2018.



ADRIANA LUSTOSA DA COSTA
Presidente da CTIL